

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA DA UFPR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

TIAGO MACHADO DA SILVA

O USO DO CORPO COMO ATO POLÍTICO

CURITIBA

2018

TIAGO MACHADO DA SILVA

O USO DO CORPO COMO ATO POLÍTICO

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do Curso de Especialização em Sociologia
Política da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Fábila Berlatto

CURITIBA

2018

“Quando a existência entra em disputa, nossos corpos são nossas armas”.

Gustavo Artur Monzeli

Dedico este trabalho a todos os LGBTs assassinados enquanto lutavam por sua existência e pelo direito de ser.

RESUMO

Esta monografia busca investigar o uso do corpo como ato político na defesa e na luta dos direitos políticos do movimento LGBT no Brasil. O trabalho investiga o objeto corpo como dispositivo na luta e nas reivindicações do grupo. A pesquisa também propõe apresentar o conceito de gênero, sua relação com o corpo e o poder. A monografia também investiga de que forma o poder exercido pelo corpo é representado na sociedade. A luz inicial deste estudo baseia-se na análise de uma intervenção realizada pela atriz transexual Viviany Belebony, durante episódio ocorrido na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em 2015. No ato, a atriz desfilou expondo seu corpo crucificado, em analogia ao sofrimento de Jesus Cristo com a discriminação, violência e preconceito enfrentado pelos indivíduos LGBTs. A pesquisa busca compreender os fatores sociais, culturais, políticos e midiáticos, desencadeados pela exposição de um corpo transexual dentro de um evento político.

Palavras-chave: Corpo. Ato Político. Gênero. Movimento LGBT. Representação. Transexual.

ABSTRACT

This work seeks to investigate the use of the body as a political act in the defense and in the fight for political rights in the LGBT movement in Brazil. The work investigates the object of the body as device in the fight and claims of this group. The research also proposes to present the concept of gender, its relation to the body and power. This work also investigates the ways that power is exercised by the body and is represented in society. The initial light of this study is based on the analysis of an intervention performed by the transsexual actress Viviany Beleboni, during an episode that occurred in the LGBT Pride Parade in São Paulo, in 2015. In the act, the actress paraded exposing her crucified body, in an analogy of Jesus Christ's suffering with the discrimination, violence and prejudice faced by the LGBTs individuals. The research seeks to comprehend the social, cultural, political and media facts, unleashed by the exposure of a transsexual within a political event.

Key words: Body. Political Act. Gender. LGBT Movement. Representation. Transsexual.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	10
1.2 PROBLEMA	10
1.3 HIPÓTESE	11
1.4 OBJETIVOS	11
2 METODOLOGIA	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 CORPO-PODER	14
3.2 GÊNERO	17
3.3 MOVIMENTO SOCIAL	19
3.4 MOVIMENTO LGBT E A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL	21
3.5 JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA	24
3.6 SIGLAS	25
3.7 PARADA DO ORGULHO LGBT DE SÃO PAULO	26
3.8 TRANSEXUAL CRUCIFICADA	26
4 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXO 1 - DECLARAÇÃO	36

1 INTRODUÇÃO

A luta por direitos, representação e visibilidade do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), já existe no Brasil há mais de 40 anos. Diversas reivindicações, pautas e direitos políticos já foram conquistados ao longo de sua existência. Atualmente, o movimento tem como ato de mobilização principal a Parada do Orgulho LGBT, realizada anualmente em São Paulo desde 1997 e considerada a maior do mundo, em número de participantes¹.

O trabalho a seguir busca investigar o uso político do corpo na defesa e na luta da conquista de direitos LGBT. A monografia pretende compreender de que forma o corpo é utilizado como instrumento na busca por visibilidade política deste grupo. O estudo baseia-se na intervenção realizada na Parada do Orgulho LGBT em 2015, na cidade de São Paulo - SP. Na ocasião, a atriz transexual, Viviany Beleboni, desfilou em cima de um trio elétrico crucificada, realizando uma analogia do sofrimento dos LGBTs com o enfrentado por Jesus Cristo. O trabalho pretende abordar o uso, a utilização ou a instrumentalização do corpo como ato político.

Dividido em quatro momentos principais, o trabalho abordará na primeira fase a definição de corpo e suas interferências biológicas, culturais e sociais. Em seguida, buscará investigar o conceito e as interpretações de gênero. Na sequência, apresentar a história da formação do movimento LGBT no Brasil e suas características. Por fim, irá analisar estes estudos e conceitos, sob a ótica do corpo transexual como um ato político, seus significados, valores e representações.

¹ Segundo dados dos organizadores do evento, em 2015 e 2016, 2 milhões de pessoas participaram da Parada. Em 2017, os organizadores informaram que o evento contou com 3 milhões de pessoas. Já de acordo com informações divulgadas pela Polícia Militar de São Paulo, em 2015, foram 20 mil participantes; 190 mil no ano de 2016. Em 2017 o órgão não divulgou a informação.

Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/07/parada-gay-de-sao-paulo-reune-cerca-de-20-mil-pessoas-diz-pm.htm>> Acesso em: 22 mar, 2018

Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/com-17-trios-eletricos-parada-gay-reune-multidao-em-sao-paulo.html>> Acesso em: 22 mar, 2018

Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/com-19-trios-eletricos-parada-gay-reune-multidao-em-sp.ghtml>> Acesso em: 22 mar, 2018.

1.1 JUSTIFICATIVA

O corpo é considerado um dispositivo de poder que representa características e significados que podem variar de acordo com a cultura, região, espaço, religião e fatores históricos no qual esteja inserido. A relação corpo e poder são intrinsecamente conectadas com a sociedade da qual um indivíduo integra. Nesse sentido, essa pesquisa exerce um importante trabalho na compreensão da representação do objeto “corpo” como um agente político fundamental para o funcionamento e manutenção das relações de poder na sociedade (FOUCAULT, 1995).

Outro aspecto relevante do trabalho destaca-se pela utilização de um corpo que apresenta características não binárias (feminino e masculino) ou seja, um corpo que não apresenta em sua totalidade, características apenas de um ou de outro sexo. Assim como seu gênero, que transcende as definições binárias e limitadas, que contrariam o desejo da heterossexualização que produz oposições discriminadas e assimétricas de “feminino” e “masculino”, considerado atributos da expressão de macho e fêmea (BUTLER, 2016). O corpo que rompe com a dualidade de “macho” e “fêmea”, esta aqui representado pela intervenção transexual na Parada LGBT de 2015 em São Paulo, também caracterizado como um corpo “marginal” que está fora das normas universalizantes.

Sendo assim, é possível afirmar que essa pesquisa apresenta com clareza e fundamentação, a relevância do tema abordado, buscando dessa forma, contribuir efetivamente para o entendimento e a compreensão do corpo como “arma” na luta e na defesa do direito de existir.

1.2 PROBLEMA

A luta por direitos políticos igualitários e o respeito pela diversidade é uma das principais pautas e reivindicações do movimento LGBT no Brasil, desde seu surgimento nos anos de 1970 até os dias atuais. Marchas, passeatas, protestos, debates, manifestações são algumas das formas utilizadas pelo movimento na luta e na busca pela efetivação de suas pautas. Um dos eventos de maior dimensão e notoriedade do movimento hoje no Brasil é a Parada do Orgulho LGBT de São

Paulo, que ocorre anualmente desde 1997 e se consagrou como a atração que mais atrai turistas para a capital paulista².

Diante da magnitude deste evento, de sua importância política e social, o trabalho busca compreender de que forma o “corpo”, utilizado aqui como objeto principal da pesquisa, pode ser utilizado como um ato político. A questão baseia na participação da atriz transexual, Viviany Beleboni, que utilizou seu corpo como forma de protesto e visibilidade política.

A pergunta proposta por essa pesquisa procura investigar de que forma esse corpo, exposto e visível, pode ser considerado ou não um ato político? De que forma o corpo pode ser visto como um dispositivo de poder? Como o corpo pode ser utilizado como representação de um grupo específico?

1.3 HIPÓTESE

Tendo o trabalho analisado às representações do corpo, valores, códigos sociais, culturais e históricos que a ele são atribuídos, a pesquisa buscou apresentar o corpo como um *dispositivo* de sexualidade de poder na efetivação de direitos. A utilização deste termo é entendido por Foucault (1995), como a rede de um conjunto de ações, leis, discursos, instituições, enunciados, decisões e ideias filosóficas, morais ou filantrópicas, ou seja, o dispositivo em primeira instância, é a conexão estabelecida entre estes elementos distintos.

Desta maneira, a pesquisa buscou contextualizar e posteriormente afirmar, de que forma, o corpo, portando seus códigos e significados, pode ser utilizado como ato político.

1.4 OBJETIVOS

Geral

Demonstrar o corpo como um instrumento de poder político na luta por direitos do movimento LGBT.

² G1 São Paulo. Portal de Notícias G1. **Com 19 trios elétricos, Parada Gay reúne multidão em São Paulo**. São Paulo, 2017.

Específico

- Compreender a relação entre corpo e poder;
- Apresentar e distinguir as definições sobre o termo gênero;
- Apresentar a função dos movimentos sociais no Brasil;
- Resgatar a história do movimento LGBT no Brasil e da Parada LGBT;
- Considerar o corpo como ato político;
- Mostrar o corpo transexual como dispositivo de visibilidade política.

2 METODOLOGIA

O corpo e sua utilização como ato político é o ponto de partida inicial deste trabalho, entretanto, antes é necessário percorrer um vasto caminho buscando entender os atores, fatores, relações de poder e interferências que cercam o objeto de estudo central desta pesquisa. Para isso, nesta etapa foi optado pelo método descritivo dos fenômenos e do corpo por meio de uma revisão bibliográfica dos temas abordados. O método buscou apresentar os principais conceitos e autores referentes ao corpo como um dispositivo, bem como, mostrar diferentes abordagens, teorias e vertentes que promovam diferentes análises e enquadramentos.

Para compreender e problematizar o conceito de corpo, seus sentidos e conseqüentemente sua relação com o poder político, foram utilizados os estudos da filósofa norte-americana Butler (2016), considerada a precursora dos estudos de gênero e estudos *queer*. Sua obra embasou a análise por meio de uma ótica cultural e social sobre a função e representação do corpo e dos atores que o cercam.

Outro aspecto importante proposto na revisão bibliográfica, se dá por meio do entendimento do termo “representação”, utilizando aqui a denominação proposta por Meyer (1998), considerada fundamental para a percepção do corpo como um ato político que carrega em si, diversos códigos e símbolos. Já Barreiro (2013) apresenta em sua obra estudos que evidenciam as características e fatores sociais que são remetidos ao corpo.

Os estudos comentados aqui descrevem a etapa de classificação do corpo, abordando as categorias, valores e diferenças apontadas, igualmente consideradas essenciais para uma percepção mais detalhada e aprofundada do objeto de estudo.

Para delimitar o conceito de gênero e conseqüentemente sua relação de “corpo- poder”, foram consultados autores como Butler (2016), Foucault (1995, 2001), Goellner (2003), Meyer (1998), Scott (1985). No entanto, é importante destacar que a busca por uma compreensão ou definição não é considerada fácil e óbvia, uma vez que ao tentar conceituar ou descrever o termo “gênero”, esbarra-se em um caminho complexo e embaraçoso, visto que até mesmo algumas teorias, como a defendida por Butler (2016), apresenta em seu eixo o rompimento com qualquer tentativa de definição ou categorização a respeito do termo, devido a sua pluralidade.

O movimento LGBT foi utilizado para testar de maneira mais clara e precisa a hipótese deste trabalho, a saber, o uso do corpo como uma forma de ato político. Partindo desse recorte, foi necessário realizar um resgate histórico do surgimento do movimento, seus objetivos, ideais e as principais mudanças apresentadas.

Para isso, o trabalho utilizou a bibliográfica de autores considerados essenciais no entendimento do movimento, como é o caso de Facchini (2013): a autora apresenta a história do movimento sob uma ótica sociológica, essencial para a abrangência deste tópico. Também foi relatado, a abordagem do movimento homossexual no Brasil a partir da ótica de Fry (1982). Nela o autor busca entender a homossexualidade por meio dos conceitos e categorias construídas historicamente, com a ressalva de que antes de observar a homossexualidade em si, é necessário estudar o contexto e os atores inseridos a sua volta.

No capítulo referente aos movimentos sociais foram citados estudos que abordam e discutem a formação dos movimentos no Brasil, seus principais objetivos, como se organizam e de que forma participam como atores políticos na sociedade. Utilizamos o pensamento de Gohn (2011) como base para apresentar a função desses movimentos na contemporaneidade e Cardoso (2008), para abordar um balanço crítico sobre os movimentos sociais, sobretudo os urbanos.

Também é utilizado, no decorrer desta pesquisa, o aspecto do conceito de “rede” de Castells (2009), entendido como um dos aspectos principais na organização desses grupos na atualidade. Outro tópico que integra a revisão bibliográfica, essencial para a contextualização do tema é a formação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, apontando aqui seus aspectos históricos, sociais e sobretudo, político de sua formação

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados conceitos relevantes ao tema proposto e que serviram de fundamentação para confrontar com as análises encontradas. Os conceitos aqui apresentados contaram com a colaboração de fontes da literatura sobre o tema, para assim compreender o escopo total do tema e um alcance mais aprofundado das questões estudadas. Escolheram-se fontes de instituições com reconhecimento acadêmico, que tenham sido publicadas em periódicos com respaldo ou que foram referenciadas com maior frequência em trabalhos de ciência política e das ciências sociais.

3.1 CORPO-PODER

O corpo é um espaço de reprodução de sentidos e sistemas culturais e sociais recebidos após o nascimento. Para Butler (2016), as decisões sobre o corpo são práticas sociais, e a afirmação de direitos sobre esse corpo, surge precisamente onde as condições de interlocução podem ser pressupostas ou minimamente invocadas e inscritas quando ainda não institucionalizadas. Nesse sentido, o uso do corpo como afirmação de direito, reafirma a necessidade da expressão na garantia ou efetivação de direitos. Segundo Rodrigues, Monzeli e Ferreira (2016, p. 15), “quando a existência entra em disputa, nossos corpos são nossas armas”.

Portanto, o corpo e o poder são fatores entrelaçados, sendo o corpo utilizado como dispositivo para chegar ou se manter no poder. Para Barreiro (2013), a determinação dos lugares sociais e as posições de um indivíduo dentro de um grupo, é o que costuma referenciar o seu corpo.

Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências das normas, valores e ideais da cultura. A cor da pele ou dos cabelos, o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a circunferência das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marcas de raça, de gênero, de etnia, de classe e de nacionalidade (BARREIRO, 2013).

De acordo com Barreiro (2013), são essas características dos corpos como marcas culturais que diferem os indivíduos e dessa forma, são constituídas em

sinais de poder. Ainda nesse sentido, o corpo é entendido como resultado de algo produzido na e pela cultura, considerado ao mesmo tempo, um desafio e uma necessidade. Um desafio por romper, de alguma forma, com o olhar naturalista no qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Necessidade, pois ao deixar de lado essa naturalização, evidencia que o corpo é, sobretudo, histórico (GOELLNER, 2003).

Isto é, mais do que um dado natural cuja materialidade nos posiciona no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado *a priori*, nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz (GOELLNER, 2003, p.28).

Podemos citar como exemplo, as mudanças enfrentadas por um corpo jovem ao longo da vida até a transição para um corpo velho. As características apresentadas por esse corpo sofrem modificações e variações em seu formato.

Como exemplificado pela autora acima, entende-se o corpo também por seu viés mutável, ou seja, que ao longo de sua existência pode sofrer mudanças, enquadramentos e interferências, de acordo com a cultura do qual está inserida, bem como um dispositivo agregador de representações de leis, discursos e ideias.

O termo “representação” empregado neste trabalho pode ser entendido como um modo de produção de significados na cultura.

“Representação, nessa perspectiva, envolve práticas de significação e os sistemas simbólicos através dos quais estes significados - que nos permitem entender nossas experiências e aquilo que nós somos - são construídos (MEYER, 1998, p.20).

Já quando pensamos no termo *discurso*, o entendemos aqui como um conjunto de enunciados de um determinado saber articulados entre si. Saberes estes que são historicamente construídos em meio a disputas de poder (FOUCAULT, 1995). Este autor se utiliza da sociedade do século XVII para exemplificar a relação entre “poder-corpo”. Assim, “numa sociedade como a do século XVII, o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua

presença física era necessária ao funcionamento da monarquia.” (FOUCAULT, 1995, p. 82). A partir deste exemplo, podemos compreender o papel do corpo não apenas como um reprodutor de ideias, discursos e símbolos, mas também como um agente de poder político, fundamental para a tomada de decisões diante dos conflitos sociais e culturais.

Como sempre, nas relações de poder, nos deparamos com fenômenos complexos que, segundo Foucault, não obedecem à forma hegeliana da dialética.

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só pôde ser adquirida pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio (FOUCAULT, 1995, p. 82, 83).

Portanto, esses efeitos só ocorrem pelo fato do poder estar exercendo sobre o corpo, o comando, as regras e ditando os padrões, institucionalizado e por meio do que o autor chama de investimento do corpo como poder.

Dessa forma, o poder penetrado no corpo, encontra-se exposto através dele. O autor cita como exemplo, o pânico de grupos sociais, como os médicos, os políticos com a ideia da união livre entre pessoas do mesmo sexo ou da descriminalização do aborto (FOUCAULT, 1995). Para ele, o poder sobre o corpo é transitório, podendo seguir, não apenas um caminho linear, como também novas direções e espaços. “Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua” (FOUCAULT, 1995, p. 83). Podemos tomar como exemplo, o posto ocupado por um indivíduo em um cargo político, assim o poder é instituído por um tempo pré-determinado, neste caso, o mandato, podendo “recuar” após o término de um período.

Goellner (2003) em sua análise, aponta ser possível e necessário problematizar o corpo: “problematizar, por exemplo, os significados e a valorização que determinadas culturas atribuem a alguns corpos, às práticas narrativas a eles associados, as hierarquias que a partir da sua anatomia se estabelecem” (GOELLNER, 2003, p.33). Podemos entender, por meio de Foucault (1995), sob a

análise de Goellner (2003), que o corpo é resultado de uma construção social, cultural e histórica.

Goellner também destaca que essas atribuições são transitórias. No entanto, mesmo apresentando esse aspecto, não deixam de excluir e inferiorizar determinados corpos em detrimento de outros. A autora utiliza a comparação do “corpo jovem”, entendido como produtivo, saudável e belo, considerado um ideal buscado e almejado por um número infinito de mulheres e homens, que realizam investimentos, dinheiro e responsabilidade nesse ideal.

Diante dos autores citados, entende-se o corpo como fator essencial na representação, na luta e nas reivindicações de qualquer natureza, sendo o próprio corpo uma construção social, cultural e histórica. Portanto, podendo ser entendido ele, o “corpo”, como ato político, ligado diretamente aos conflitos de poder.

3.2 GÊNERO

O conceito de gênero é explicado por diversas abordagens, seja biológica, social ou até mesmo cultural. Para Butler, gênero não é resultado causal do sexo, tampouco aparentemente fixo quanto o sexo. Desse modo, a unidade do sujeito é potencialmente questionada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2016, p.26). Ou seja, a autora defende que há uma tendência de se manter a dualidade dos sexos apenas pela condição genética, mas que a noção de gênero limitada ao feminino e masculino, pode ir muito além dessa dualidade:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2016, p. 26).

Portanto, a autora entende que o gênero não decorre do sexo biológico, aquele atribuído ao nascer de um indivíduo, mas sim de uma ruptura entre os dois. Para entender essa abordagem, exige-se um esforço de desmembramento corpo e gênero.

Outra análise que leva em conta a perspectiva de gênero é aquela que enfatiza a diferença de gênero como fator determinante para sua compreensão. Para Scott (1985), o conceito de gênero é o elemento constitutivo das relações sociais, embasado nas diferenças percebidas entre os sexos. Diante disso, teóricos do assunto utilizam o conceito e propõem falar das relações de gêneros e não apenas do “gênero” por si só. A autora considera que gênero é uma forma primária de expressão das relações de poder.

Gênero não é um reflexo do sexo biológico, e sim, uma construção social. Ao dizer isso, estamos considerando que a atribuição de significados masculinos ou femininos está relacionada aos elementos de classe social, orientação sexual, fase de vida, especificidades étnicas, religiosas, questões políticas, de tal forma que não podemos pensar em um masculino e um feminino e, sim, numa pluralidade de “masculinidades” e “feminilidades” (CARVALHO et al, 2012).

Para Carvalho et al. (2012), é impossível definir gênero apenas com a dualidade do masculino e feminino, pois é necessário pensar antes de mais nada em uma pluralidade que está diretamente ligada e relacionada a diferentes elementos sociais e suas relações.

Como visto, as definições sobre gênero estão em transformações constantes. Uma das abordagens apresentadas neste trabalho é feminista pós-estruturalista, que descreve o termo para além dos conceitos tradicionais entre homens e mulheres, desprezando as características físicas. Nesse entendimento, o corpo passa a ser teorizado, “como um construto sociocultural e linguístico, produto e efeito das relações de poder” (MEYER, 1998, p. 18). Para esta autora, o conceito começa a envolver formas de construção social, cultural e linguística, implicadas com os processos que diferenciam mulheres e homens, incluindo aqueles que produzem corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

É importante ressaltar que a construção social do gênero é feita ao longo da vida, nas práticas sociais e nas instituições. “A divisão em classes (ou em gêneros) foi um resultado secundário do acesso desigual aos recursos” (BAUMAN, 2001, p. 41). Para manter esta estrutura social, é preciso vigiar as ações dos indivíduos e reforçar discursos opressores. Para Bauman (2001), entende-se que essa segregação atribuída ao conceito de gênero é nada mais do que um artifício para a

manutenção de controle e poder na sociedade. Por isso, essa distinção e classificação do gênero, são carregadas de status, dogmas e valores morais, sendo o gênero masculino considerado superior e regente, sob as demais possibilidades existentes.

Novas discussões sobre o conceito de gênero vêm sendo elaboradas pelas teorias construtivistas, desde os anos 1990 por meio de estudos que enfocam homossexualidade e transexualidade (CARVALHO et al, 2012). Essas discussões rompem com a ideia de um sexo binário, tendo como foco central a desnaturalização da oposição masculino/feminino que permeiam os estudos realizados até então.

3.3 MOVIMENTO SOCIAL

Para ter uma compreensão mais coerente sobre o movimento LGBT, este trabalho pretende antes, abordar alguns conceitos, características e definições de movimento social no Brasil. Para isso, usaremos os estudos de Gohn (2011), que apresentou em seu trabalho intitulado: “Movimentos Sociais na Contemporaneidade” (2011), as características e funções destes grupos no Brasil e na América Latina. Também utilizaremos os apontamentos de Ruth Cardoso, que realiza um balanço crítico dos movimentos sociais urbanos. Outro aspecto utilizado nesta etapa do trabalho se dá por meio dos estudos de Castells (2009), especificamente ao seu entendimento sobre a função das “redes”. A ideia neste momento é encontrar subsídios sobre o tema “movimentos sociais”, antes de partir para um movimento específico, no caso deste trabalho, o movimento LGBT.

Movimentos sociais podem ser entendidos como o conjunto de ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam diferentes formas da população se organizar e expressar suas demandas, pautas e reivindicações. Podemos separar os movimentos em duas vertentes ou naturezas, sendo eles “progressistas” ou “conservadores”. Se organizam, em suas ações, em diferentes formatos, desde denúncias, passeatas, marchas, concentrações, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negócios e até mesmo a pressões indiretas. Apresentam também alguns pontos marcantes como, a luta em defesa da cultural local frente efeitos do processo de globalização; luta em defesa de uma determinada raça ou etnia, (GOHN, 2011).

Nos dias atuais, os movimentos também se organizam fortemente por meio da internet, sobretudo das redes sociais, se utilizando das ferramentas de comunicação e informação difundidas com o avanço das novas tecnologias (GOHN 2011).

Outro aspecto bastante relevante oriundo do uso das redes ocorre diante da democratização da banda larga no país, o que serviu como catalisador para os movimentos sociais se difundirem e se organizarem. Para Castells, o poder da rede é o poder dos padrões da rede sobre seus componentes, ainda que este poder favorece em última instância os interesses de um conjunto específico de atores sociais na origem da formação da rede e do estabelecimento de padrões (protocolos de comunicação) (CASTELLS, 2009, p. 74). Ou seja, as redes também servem como uma concentração de “poder”, ainda que esse poder seja representado por um grupo ou causa.

Voltando ao ponto principal desta seção de capítulo, que trata das características dos movimentos sociais, Cardoso (2008) entende que o surgimento desses fenômenos é fruto de um desenvolvimento industrial acelerado. Nesse contexto, por várias razões, o sistema político, por várias razões, não se estabelece com as características usuais das democracias parlamentares. Ou seja, não ocorre o diálogo entre quem está no poder e o povo, existindo assim, uma maior necessidade da atuação desses grupos. A ideia compreende que os movimentos reivindicativos surgem basicamente em resposta a dois processos:

“1) transformação do papel econômico do estado e a consequente centralização de decisões; 2) governo autoritário e repressão das formas tradicionais de expressão e reivindicação populares” (Cardoso, 2008, p.320).

Portanto, partindo da ótica apresentada pela autora, os movimentos nascem em contraponto a um Estado centralizador de decisões e por conta de um governo autoritário e repressor. Podemos claramente estabelecer uma conexão com o surgimento do movimento LGBT no Brasil, que nasce, em primeira instância, da necessidade da garantia dos direitos ainda não conquistados, como por exemplo: a união estável entre pessoas do mesmo sexo, o casamento homoafetivo e a

criminalização da homofobia. Pautas hoje, como é o caso dos dois primeiros exemplos, só efetivadas recentemente.

3.4 MOVIMENTO LGBT E A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL

Esta seção busca apresentar um breve resumo histórico do surgimento do movimento homossexual no Brasil na metade dos anos 1970, além de abordar suas principais características sociais, culturais e mudanças apresentadas ao longo dos anos. Utilizaremos nesta fase do trabalho o termo “movimento homossexual”, nome inicialmente utilizado nos primeiros anos de existência do grupo e que posteriormente sofreu alterações em sua nomenclatura.

O movimento homossexual tem seu registro no Brasil, datado pela bibliografia referente ao tema, na segunda metade da década dos anos 1970. O termo “movimento homossexual” empregado aqui é entendido como o conjunto de associações e entidades, institucionalizadas ou não, que apresentam como objetivo garantir e defender direitos relacionados à livre orientação sexual e identidade de gênero. O movimento é composto por sujeitos que se reconhecem a partir dessas identidades sexuais e que juntos lutam por tomadas de decisões (FACCHINI, 2003). Para facilitar a análise proposta, a autora divide o movimento, em três diferentes momentos.

A primeira onda: “corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de abertura política e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema” (FACCHINI, 2003, p.84). Nesse primeiro momento, as iniciativas estiveram bastante concentradas no eixo Rio - São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade. Foram tratadas pela bibliografia básica sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de “alternativos” ou “libertários” (FACCHINI, 2003, p. 84).

Essa primeira fase encerra-se no final dos anos 1980, com o início do regime democrático na política brasileira e o surgimento da epidemia de HIV/Aids, chamada na época como “peste gay”. Já o próximo período percorre o resto da década de

1980, pouco retratado pela bibliografia específica, denominado como um declínio do movimento Facchini (2003).

Iniciada a partir dos anos 1990, a próxima fase do movimento começou no contraponto da década que a antecedeu. Se no final dos anos 1980 o movimento enfraqueceu devido à ausência de bibliografia sobre o assunto, nos anos seguintes o cenário mudou. Era possível notar um processo de redemocratização em relação ao modelo até então organizado considerado “autônomo e comunitário”. Além dessa reconfiguração no modelo de organização, o movimento passa a ter uma presença maior na mídia, devido à sua associação com os movimentos de direitos humanos e necessidade de resposta ao surgimento desenfreado do HIV/Aids. Já nos primeiros anos da chegada da doença no Brasil, os homens gays eram considerados o principal grupo “responsável” pela disseminação do vírus. O que provocou no movimento uma conscientização frente ao tema.

A partir disso, o movimento passou a formar parcerias com redes e associações internacionais em defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas; na discussão de projetos de leis municipais, estaduais e federais, e em projetos com agências ligadas aos temas DST/Aids. O movimento também criou frente à exclusão de organizações religiosas, como a Igreja Católica e os evangélicos pentecostais, que não aceitava/aceitam a homossexualidade como orientação sexual. Foi também nesse período que os grupos e organizações do movimento lançaram a Associação Brasileira de Gay, Lésbicas, Bissexuais e Travestis (ABLGT) ou o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

Nessa mesma época, ocorreu no dia 28 de junho de 1997, a manifestação realizada em São Paulo, hoje denominada Parada do Orgulho LGBT de São Paulo Facchini (2003), assunto que trataremos em seguida. A data foi escolhida por celebrar o dia mundial do orgulho LGBT.³⁴

³ A data foi escolhida depois de um grupo de homossexuais frequentadores do bar gay *Stonewall Inn* em Nova York, enfrentarem na madrugada de 1969, a ação da polícia. Na ocasião o grupo permaneceu por vários dias confinados do estabelecimento, recebendo o apoio da multidão de gays e lésbicas, que apoiavam do lado de fora.

⁴ JORNAL DA USP São Paulo. Site de Notícias. **Colunista explica por que junho é o mês do orgulho gay**. São Paulo, 2017. Disponível em: < <http://jornal.usp.br/atualidades/colunista-explica-por-que-junho-e-o-mes-do-orgulho-gay/>>. Acesso em 22 mar. 2018.

Podemos também analisar o início do movimento homossexual no Brasil a partir da ótica sociológica de Fry (1982). O autor defende a premissa de que a sexualidade é limitada e controlada através de conceitos e categorias construídas historicamente. Seus estudos investigam a homossexualidade sob o olhar das construções das categorias sociais, deixando um pouco de lado a discussão médica e psicológica, buscando se aprofundar somente no campo da antropologia social. Para ele, antes de entender o “fenômeno”, no caso a homossexualidade, é necessário observar as representações dentro do qual o indivíduo transita como ator social e suas representações produzidas.

Nesse sentido, a homossexualidade pode ser compreendida levando em conta fatores: sociais, regionais, de classe e, sobretudo, de um determinado momento histórico. Sendo assim, o significado do “homossexual” no Brasil apresenta diferentes representações, uma vez que o contexto do qual o indivíduo está inserido pode ser fator fundamental na reprodução, além de apresentar aspectos conflitantes entre os atores envolvidos, podendo o “poder” ser relativo a cada grupo, peso ou vitória, Fry (1982, p. 88). Fry esclarece que esse sistema é reproduzido decorrente de fatores predeterminantes, já estabelecidos na sociedade:

Mas, além disso, e mais importante ainda, é que esses sistemas de conhecimento não são produzidos num vácuo social. São constitutivos de todo um conhecimento social e coexistem com ideologias políticas conflitantes; com cosmologias religiosas, com ideologias produzidas sobre raça, idade etc. Em outras palavras, para entender a forma e o conteúdo dos sistemas de representações sobre a sexualidade, é fundamental perceber que eles são produzidos num contexto político muito mais amplo (FRY, 1982, p.88).

Entretanto, o autor nos leva a crer que o conteúdo das representações sobre a sexualidade, é gerado dentro de um contexto político bastante amplo, uma vez que compreende diversos fatores e ideias que conflitam entre si.

3.5 JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

Outro importante fator histórico referente à história do movimento homossexual no Brasil foi a criação do Jornal Lampião no Rio de Janeiro. O Jornal, voltado ao público homossexual, teve sua edição experimental de número zero publicada em abril de 1978, e, já na data de 25 de maio do ano seguinte publicou a edição de número um, agora com novo nome: Jornal Lampião da Esquina.

O Jornal nasce com a proposta de dar visibilidade e tirar os homossexuais do “gueto”, ou seja, de combater a discriminação. Isso se deu, em meio a um conturbado momento político enfrentado pelo país, com a criação de novos partidos políticos e o período eleitoral. Dessa forma, o veículo tornou-se um espaço relevante de esclarecimento e militância em defesa dos homossexuais, Zanatta (1997).

Em sua análise, Ferreira (2012) aponta que o Jornal surgiu com o objetivo de tirar o homossexual da clandestinidade e desestigmatizar a imagem que existia sobre o grupo. De acordo com o autor, assim como afirma Zanatta (1997), o rompimento da visão do grupo como um “gueto”, era sua principal reivindicação, pois no período, era comum os homossexuais sofrerem com os mais variados tipos de violência.

O gueto é a grande preocupação do *Lampião* em sua fase inicial. Em um período onde as violências morais e físicas contra os homossexuais eram grandes, o principal desafio além o de se assumir para ser aceito era lutar pelo fato dos homossexuais serem seres humanos e, portanto, terem direitos sociais, garantidos pela própria *Constituição Federal*, embora esses direitos tenham ficado mais assegurados a partir da chamada Constituição Social de 1988 (FERREIRA, 2012, p. 05).

Em sua pauta, além de abordar a temática gay, o Jornal também apresentava assuntos diretamente ligados outros grupos minoritários, como as lésbicas, os índios e os negros. Isso fica claro quando lemos o editorial: “Nossas Gaiolas Comuns”, e sua relação com esses grupos.

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas que também os sujeitos variam durante o processo. Estas lutas têm nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas, mas não conhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica. Essa fala, no entanto, ao

mesmo tempo que revolucionária é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autoconhecimento tentando afirma-se como sujeitos de sua própria história (FERREIRA, 2012, p. 07 apud LAMPIÃO, 25/maio de 1978:2).

Devido a sua notoriedade e suas pautas em prol dos direitos dos homossexuais, é possível descrever a atuação do Lampião, como um importante expoente da imprensa brasileira, no fomento e divulgação dos interesses do movimento homossexual no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

3.6 SIGLAS

Ao longo dos anos o movimento LGBT apresentou mudanças decorrentes das necessidades e pautas enfrentadas na sociedade. Com a ascensão do movimento, novas maneiras de pensar e lutar pela diversidade foram refletidas, sobretudo, no sentido de garantir voz e visibilidade para as minorias. De acordo com o manual de comunicação da ABGLT (2010), a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) se popularizou por apresentar, em uma única sigla, não somente os gays e lésbicas, mas também aqueles que, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, são solidários, abertos e simpatizantes em relação à diversidade.

O termo ainda continua sendo utilizado em alguns espaços para descrever as atividades culturais e mercadológicas voltadas ao grupo. No entanto, a sigla foi considerada excludente, uma vez que não cita/identifica as pessoas bissexuais, as travestis e transexuais, sendo assim, deixou de ser utilizada, dando espaço para a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Com a mudança e o acréscimo das letras, buscou-se dar mais espaço para a representação das mulheres Lésbicas, invertendo assim a ordem de posição das letras.

Outra mudança, acarretada com o acréscimo da letra T, também buscou visibilizar os travestis e transexuais, até então não representados pela sigla. Dessa forma, a representatividade do movimento tornou-se mais plural e representativa, oficializando então o termo movimento LGBT.

3.7 PARADA DO ORGULHO LGBT DE SÃO PAULO

A primeira Parada do Orgulho LGBT realizada na cidade de São Paulo ocorreu no dia 28 de junho de 1997, na avenida Paulista. O evento teve como objetivo reunir lésbicas, gays, transexuais, travestis e ativistas para celebrar o orgulho e protestar contra o preconceito. Na ocasião, ainda não existia uma sigla adotada por movimentos de direitos humanos, por isso a primeira edição do evento foi denominada “Parada do Orgulho GLT (Gays, Lésbicas e Transexuais)”.

No ano seguinte (1998), surgiu a necessidade da criação de uma ONG (Organização- Não- Governamental). Nasceu então a Associação do Orgulho GLBT de São Paulo (APOLGBT, 2017), entidade responsável pela organização oficial do evento.

Em 2008, após decisões e discussões políticas, já apresentado anteriormente, o movimento passou a utilizar a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Desde então o evento passou a ser denominado como Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

A Parada passou por mudanças, transformações e crescimento ao longo de suas edições. O evento ganhou proporções gigantesca, característica bastante diferente de sua primeira edição, há 20 anos. Este aspecto é classificado por Fry (1982, p.88), como características dos momentos homossexuais das grandes cidades. O autor destaca que esses movimentos apresentam características mutáveis, do latim “*mutatis mutandis*”, assim como também acontece nos movimentos feministas e que, enquanto o segundo busca a quebra da dominação/hegemonia masculina; os homossexuais masculinos propõem a desestigmatização do “homossexual” livres dos “teatros” dos papéis de gênero binários (masculino e feminino).

3.8 TRANSEXUAL CRUCIFICADA

Na 19ª edição da Parada LGBT, realizada em 2015 em São Paulo, um episódio específico gerou polêmica e repercussão na mídia. A atriz e transexual Viviany Belebony desfilou em cima de um trio elétrico crucificada, fazendo uma analogia a morte de Jesus Cristo. A imagem que viralizou nas mídias sociais, foi

registrada pelo fotógrafo João Castellano, da agência Reuters. Em cima da cruz, uma placa exclamava: “Basta de homofobia GLBT”. Neste mesmo ano, o tema da edição era representado pela frase “Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: respeitem-me”, inspirado na música tema do romance “Gabriela”, personagem criado pelo escritor brasileiro, Jorge Amado. De acordo com a organização do evento, a ideia naquele ano foi resgatar a alegria do público LGBT e, ainda, celebrar as diferentes identidades e o respeito à diversidade.

Em entrevista ao portal de notícias G1, a atriz explicou que a intenção da encenação era a representação do sofrimento enfrentado pelos LGBTs e que a ideia não teve como objetivo atacar a Igreja ou qualquer religião. “Usei as marcas de Jesus, que foi humilhado, agredido e morto. Justamente o que tem acontecido com muita gente no meio GLS, mas com isso ninguém se choca”, explicou Viviany em entrevista, (G1, São Paulo, 2015).

IMAGEM 1: Transexual Crucificada



FONTE: Reuters/ João Castellano

O episódio é o foco principal deste trabalho, devido à sua grande repercussão e dos inúmeros posicionamentos que engendrou. Foi diante dele que, nasceu a ideia de investigar e tentar compreender o corpo como um ato político de mobilização, luta e protesto. Uma vez que a “polêmica” provoca estranheza e espanto, já que no Brasil, o corpo, sobretudo da mulher, é culturalmente exposto. Seja por meio do carnaval, da publicidade, na praia, no turismo sexual e até mesmo da própria mídia. A repercussão, nesse caso, ganha dimensão muito maior por se tratar de um corpo modificado. Nessa perspectiva, o corpo transexual é visto pela sociedade, como um corpo marginalizado, do gueto, subalterno, aquém do corpo heteronormativo (BUTLER, 2016).

A repercussão na imprensa fez com que a atriz fosse citada em diversas matérias, sites e jornais da imprensa Brasileira. O Portal Terra publicou uma matéria⁵ intitulada: “‘Mensagem de amor gerou ódio’, diz transexual crucificada”, como texto: “Viviany Belebony, responsável pela polêmica encenação na Parada LGBT, disse estar recebendo ameaças”, (TERRA, 2015). O título da matéria demonstra o teor das opiniões e manifestações. Além do contraponto em relação a finalidade “amor e ódio” apresentada no título, podemos destacar também o termo “polêmica” atribuído ao ato. Já o site O Observador⁶ publicou: “Travesti crucificada em parada gay de São Paulo: ‘Usei as marcas de Jesus, humilhado, agredido e morto’”. O texto a seguir, denominado gravata (termo jornalístico utilizado para trecho ou frase antes do parágrafo inicial de uma matéria jornalística) dizia: “Viviany Beloni imitou crucificação de Cristo para criticar violência contra comunidade LGBT no Brasil. ‘Nunca tive a intenção de atacar a igreja’. A ideia era, mesmo, protestar contra a homofobia” (OBSERVADOR, 2015). O veículo expõe já no início aspas de Viviany, na qual se defende das acusações de que a *performance* tinha como objetivo atacar a Igreja Católica. Já na matéria postada no Portal G1⁷, o título da matéria informava: “‘Representei a dor que sentimos’, diz transexual ‘crucificada’ na Parada Gay”, seguido do texto, “Xingada na web, Viviany Belebony diz que ato foi

⁵ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/viviany-belebony-transexual-crucificada-na-parada-gay-amor-gerou-odio,59ef16e30388b8f197e4bd2cdb733b50178qRCRD.html>> Acesso em: 22 de mar, 2018.

⁶ Disponível em: <<https://observador.pt/2015/06/09/travesti-crucificada-parada-gay-sao-paulo-usei-as-marcas-jesus-humilhado-agredido-morto/>> Acesso em: 22 de mar, 2018.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transexual-crucificada-na-parada-gay.html>> Acesso em: 22 de mar, 2018.

protesto anti-homofobia. Deputado Federal Marco Feliciano postou a foto com mensagem de repúdio.” (G1, 2015). O burburinho apresentado pela mídia revela dois importantes fatores para o sucesso da repercussão, são eles: a associação à imagem de Cristo crucificado, do sagrado, e a oposição ao corpo transexual, considerado o oposto ao primeiro, sendo esse segundo um corpo que passou por uma transformação. É o corpo estigmatizado, que choca, incomoda e causa espanto. Podemos aqui associar o corpo transexual com a ideia de domínio da “anomalia”, constituído por três figuras: o monstro humano; o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora, Foucault (2001).

Esses três elementos começam a se isolar, a se definir, a partir do século XVIII e eles fazem a articulação com o século XIX, introduzindo esse domínio da anomalia que, pouco a pouco, vai recobri-los, confiscá-los, de certo modo colonizá-los, a ponto de absorvê-los. Esses três elementos são, no fundo, três figuras ou, se vocês quiserem, três círculos, dentro dos quais, pouco a pouco, o problema da anomalia vai se colocar (FOUCAULT, 2001, p. 47).

De acordo com Foucault (2001, p. 47), a definição de “monstro humano”, empregado pelo autor, trata a lei como referência sobre o “monstro”. Para ele, a ideia de monstro se baseia fundamentalmente de uma noção jurídica. Sendo essa violação das leis, não apenas sociais, como também da natureza, que constitui sua existência e forma. Dessa maneira, podemos claramente usar o corpo transexual no pensamento retratado pelo autor.

O campo de aparecimento do monstro, é, portanto, um domínio que podemos dizer “jurídico-biológico”. Por outro lado, nesse espaço, o monstro aparece como um fenômeno ao mesmo tempo extremo e extremamente raro. Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos precisamente. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido (FOUCAULT, 2001, p. 47).

O corpo de Viviany causou espanto, justamente por ser considerado um afronte às leis sociais e naturais. Explica-se como social, pois ainda é um corpo discriminado e não compreendido. Entende como natural, por apresentar o rompimento com o corpo biológico atribuído ao nascer. Vale destacar aqui que esse rompimento apresenta ainda mais conflito, quando é um corpo masculino em

transição para o feminino. Essa mudança é vista como a negação do corpo macho, historicamente e socialmente visto como ideal de poder e *status*. Sendo assim, entendemos que o corpo transexual desconstrói símbolos do patriarcado, que ao longo da história, dominou o corpo feminino.

Antes de encerrar esta discussão, em caráter de esclarecimento, é importante destacar que o episódio citado no trabalho desperta diversas possibilidades de linhas de estudo e vertentes, como por exemplo, os símbolos utilizados, a religião e a questão da própria visibilidade transexual, ainda bastante reprimida e invisível quando comparada a outras identidades do movimento LGBT. No entanto, o recorte proposto nesta pesquisa busca apenas analisar o uso do “corpo” como ato político na busca e nas reivindicações de direito e espaço dos LGBTs na sociedade.

4 CONCLUSÃO

O corpo é um dispositivo que apresenta interferências de diferentes formas, seja por meio da cultura, história, religião, localização regional ou classe social da qual pertence. Essas interferências são reproduzidas por meio de discursos, códigos, símbolos, ideologias e assim, utilizadas como forma de poder e disputa na sociedade. Fatores esses que atribuem ao corpo, classificação, ordem e hierarquia, também definidos pela aparência de seus corpos, por meio dos padrões e referências de normas e valores de uma determinada cultura (BARREIRO, 2013).

Nesse sentido, o desenvolvimento desse trabalho possibilitou o entendimento do uso do corpo como afirmação de direito (ato político), e que sua utilização, reafirma a necessidade da expressão na garantia ou efetivação de direitos (BUTLER, 2016). Dessa forma, as contribuições de Barreiro (2013), Butler (2016), Goellner (2003) foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo, nas revisões que tangenciaram o objeto principal desse estudo: o corpo.

O termo “representação” e sua relação com o poder foi abordado a partir de Meyer (1998) e Foucault (1995). Assim, segundo Meyer (1998), representação envolve práticas de significação, e os símbolos nos permitem entender nossas experiências e o que nós somos por meio de construções. Da mesma forma, Foucault (1995), refere-se aos discursos reproduzidos como saberes historicamente construídos em meio à disputa pelo poder. O raciocínio do autor possibilitou compreender o corpo, não apenas como um reprodutor de ideias/discursos, mas também como um agente de poder político fundamental para a tomada de decisão diante de conflitos; hipótese central apresentada nesse trabalho. Sendo assim, o pensamento de Foucault (1995) reforça a premissa do corpo e sua atribuição como ato político e conseqüentemente, disputa de poder. Conclui-se por meio de suas palavras, que “o poder é penetrado e exposto no próprio corpo” (FOUCAULT, 1995).

Também foi possível, ao longo da revisão bibliográfica proposta nesse trabalho, o entendimento de que “gênero”, corrobora com o entendimento de Butler (2016), com a definição de sexo biológico, evidenciando que o gênero não precisa ser fixo, muito menos ser condicionado à condição genética do sexo biológico. Portanto, é possível compreender que a noção de gênero é plural e que vai além do masculino e feminino. Para Scott (1985), gênero é entendido como resultado de uma construção social, embasado nas diferenças percebidas entre os sexos.

Diante dos tópicos abordados, dos autores apresentados, aspectos e características descritas sobre o objeto corpo e seus fenômenos, é possível constatar sua utilização e função como ato político, sendo ele, utilizado como dispositivo de poder dentro de um determinado conflito, reivindicação ou luta do movimento LGBT no Brasil. O episódio apresentado descreve sua efetivação na prática, uma vez que o corpo de Viviany foi exposto e utilizado como luta e representação de poder e manifesto.

Levando em conta a repercussão causada pelo episódio, fica evidente a importância da utilização do corpo como ato político e a necessidade de provocar o debate de questões de gênero, direitos LGBT, transexualidade e diversidade. Provando que o corpo pode ser reivindicado como dispositivo político, por meio de sua exposição e representação, há um grande crescimento de artistas no Brasil que se rompem com os padrões de gênero, beleza e identidade.

Sendo assim, a discussão apresentada aqui se encerra, porém abre o debate e o diálogo do tema, evidenciando que há um leque de possibilidades e vertentes que podem ser desencadeadas pelo assunto e seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: 2010.

APOLGBT. **Sobre a APOLGBT: Quem somos**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://paradasp.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BARREIRO, A. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Pro-posições, [s.l.], v. 24, n. 1. Campinas: UNIFESP (SciELO), 2013. p.269-274

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2016.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. A. **Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira**. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas: 2007. p. 65-99.

CARVALHO, A. P. C.; SALAINI, C. J.; ALLEBRANDT, D.; MEINERZ, N. E.; WEISHEIMER, N. **Desigualdade de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

CASTELLS, M. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009.

FACCHINI, R. **Movimento Homossexual no Brasil**. Cad. AEL, v. 10, n. 18-19, s.l. Campinas: 2003.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

FERREIRA, C. **Imprensa Homossexual: surge o Lampião da Esquina**. Revista Alterjor, [S.l.], v. 1, n. 1. São Paulo, 2012. p. 1-13 Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1995.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974 – 1975): tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001, Objeto: As três figuras que constituem o domínio da anomalia.

FRY, P. **Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

G1 São Paulo. Portal de Notícias G1. **Com 19 trios elétricos, Parada Gay reúne multidão em São Paulo**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/com-19-trios-eletricos-parada-gay-reune-multidao-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

G1 São Paulo. Portal de Notícias G1. **“Representei a dor que sentimos”, diz transexual “crucificada” na Parada Gay**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transexual-crucificada-na-parada-gay.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47. Campinas: 2011.

JORNAL DA USP São Paulo. Site de Notícias. **Colunista explica por que junho é o mês do orgulho gay**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/colunista-explica-por-que-junho-e-o-mes-do-orgulho-gay/>>. Acesso em 22 mar. 2018.

LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. **Corpo gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. In: GOELLNER, A **Produção cultural do corpo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 29 - 40.

MEYER, D. **Gênero e saúde: indagações a partir do pós-estruturalismo e dos Estudos Culturais**. Revista de Ciências da Saúde, vol. 17, n. 1. Florianópolis: [s.n.], 1998. p.13-32

OBSERVADOR São Paulo. **Travesti crucificada em parada gay de São Paulo: “Usei as marcas de Jesus, humilhado, agredido e morto”**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://observador.pt/2015/06/09/travesti-crucificada-parada-gay-sao-paulo-usei-as-marcas-jesus-humilhado-agredido-morto/>> Acesso em: 22 de mar, 2018.

RODRIGUES, A., MONZELI, G., FERREIRA, S. R. S. **A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa**. Vitória: EDUFES, 2016.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 15, n. 2, Porto Alegre: 1985.

SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350. In: CARDOSO, R. **Movimentos Sociais e Urbanos**. Rio de Janeiro: 2008. p. 313-350.

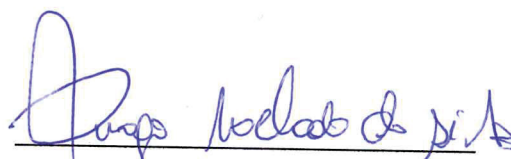
TERRA São Paulo. **“Mensagem de amor gerou ódio”, diz transexual crucificada**. São Paulo, 2015. Disponível em: <www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/viviany-beleboni-transexual-crucificada-na-parada-gay-amor-gerou-odio,59ef16e30388b8f197e4bd2cdb733b50178qRCRD.html> Acesso em: 22 de mar, 2018.

ZANATTA, Elaine Marques. **Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80**. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Campinas: 1997. p. 193-220. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2458/1868>>. Acesso em 10 mar. 2018.

ANEXO 1 - DECLARAÇÃO

“Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.”

Curitiba, 23 de março de 2018



Tiago Machado da Silva